

# O IMAGINÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO EM REVISTA: CUNHA MATOS E A BUSCA PELA NATUREZA DA IDENTIDADE NO SEGUNDO REINADO

CRISTHIANO DOS SANTOS TEIXEIRA \*



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE  
GOIÁS - FORMOSA - GOIÁS - BRASIL

## RESUMO

O artigo buscará compreender de que maneira a ideia de “natureza” passou a governar a mentalidade política na construção da identidade nacional brasileira no século XIX. Essa identidade constituída, como sabemos, como base de representação da unidade dos indivíduos com a natureza. A partir daí, o contexto político do império forjou para si um sentido que evidenciaria essa relação. Por exemplo, os relatos de José da Cunha Matos, que defendia que a natureza habitaria a identidade dos homens e revelaria a sua unidade, a sua identificação. Essa ideia de “identidade” passou a se vincular, então, à ideia de “natureza”, compondo, assim, esse quadro geral do pensamento da nossa cultura. Fixando, assim, o homem à sua terra, e vinculando identidade e natureza, histórica e geográfica. O que refletiria justamente a tentativa de superação da falta de unidade pelo império.

**Palavras-chave:** Identidade; natureza; imaginário; interior.

## ABSTRACT

The article will seek to understand how the idea of “nature” came to govern the political mentality in the construction of Brazilian national identity in the 19th century. This identity constitutes, as we know, the basis for representing the unity of individuals with your nature. From then on, the political context of the empire forged a meaning for itself that would highlight this relationship. For example, the reports of José da Cunha Matos, who argued that nature would inhabit the identity of men and reveal their unity, their identification. This idea of “identity” then became linked to the idea of “nature”, thus composing this picture of the culture’s thinking. And fixing man to his land, linking identity and nature, historical and geographic. This would precisely reflect the attempt to overcome the lack of unity in the empire.

**Keywords:** Identity; nature; imaginary; interior.

## RESUMEN

El artículo buscará comprender cómo la idea de “naturaleza” llegó a regir la mentalidad política en la construcción de la identidad nacional brasileña en el siglo XIX. Esta identidad constituye, como sabemos, la base para representar la unidad de los individuos con la naturaleza. A partir de entonces, el contexto político del imperio se forjó un significado que pondría de relieve esta relación. Por ejemplo, los relatos de José Cunha Matos, quien sostenía que la naturaleza habitaría la identidad de los hombres y revelaría su unidad, su identificación. Esta idea de “identidad” quedó luego vinculada a la idea de “naturaleza”, componiendo así este marco de pensamiento cultural. Y fijar al hombre a su tierra, vinculando identidad y naturaleza, histórica y geográfica. Esto reflejaría precisamente el intento de superar la falta de unidad en el imperio.

**Palabras-chave:** Identidad; naturaleza; imaginario; interior.

## INTRODUÇÃO

*“A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer”.*

K. Marx

As expressões “de dentro” ou “para dentro” foram incorporadas pelos textos de história no século XIX no Brasil, normalmente utilizadas para se referir à conquista da nação sobre a sua própria natureza na construção do seu corpo identitário. Havia a necessidade de se explorar, mais a fundo, a natureza da nação. Explorando, assim, o território nacional, fixava-se à ideia da busca pelas suas raízes históricas e geográficas da sua cultura. Daí o importante papel desempenhado pelo IHGB na época. Onde a instituição buscava atribuir a imagem da nação pela qualidade da sua natureza, refletida pela vastidão do seu território. Essa extensão da identidade pela natureza, implicava, também, o enaltecimento dos seus recursos. Já que a tendência na época era justamente apresentar a imagem do território nacional através da sua abundância econômica. Os registros dessa época, descreviam essa busca pela conquista dos sertões. Os textos oscilam de acordo com suas observações, ora a paisagem e sua natureza são vistas como obstáculos, ora são vistas como um lugar de opulência e prosperidade. Os pântanos, as serras e os rios dos sertões, além dos cerrados e matas densas, que ainda formavam uma vasta vegetação, deveriam ser explorados e incorporados pelo Império em sua totalidade.

As expressões “de dentro” e “para dentro”, portanto, foram incorporadas no sentido dessa busca pela conquista da identidade da nação no século XIX. Ambas as expressões, destacam-se nos relatos de expedições que abriram o caminho para a conquista do seu interior. Ou seja, “de dentro”, referia-se àquilo que se localizava e pertencia ao interior, e “para dentro” àquilo que vai ao seu encontro, a sua conquista. Ambos os termos foram convertidos em uma forma de motivação pelo Império, através da busca pela unificação desses dois mundos, como no caso do sertão e do litoral, e incentivada pelo governo. Os estudos etnográficos, desenvolvidos pelos homens de letras e ciências, ilustres senhores da nação, que integravam esse corpo institucional do IHGB, ligado ao imperador, buscavam entender qual seria o lastro

de autenticidade do Brasil, ou seja, qual a imagem unificadora da sua natureza. Os próprios apologistas da “boa sociedade” oitocentista criaram para si esse vínculo imaginário com a brasilidade do Império, por meio da sua identificação com a natureza. Tanto pela parte estética, quanto pela parte desenvolvida pelos estudos científicos, incorporando-se a ela. A partir desses esforços, a própria natureza foi sendo transformada nesse *corpus* da política nacional. Incorporando-se ao lugar da natureza e tornando-se expressão desse lugar de identificação com a terra, antes, colonizada.

Os próprios membros do IHGB, constantemente, defendiam que a ideia de interioridade deveria refletir a necessidade de uma política pela integração, como uma forma de afirmação da sua autenticidade. A própria história havia sido incorporada como instrumento dessa retórica, e como mecanismo de reconciliação da sociedade brasileira com o passado. Essa questão despertou o interesse cada vez maior, por parte dessa elite, que passou a defender a necessidade de manutenção da nacionalidade brasileira, a partir da sua matéria científica.

O IHGB, formado por Liberais e Conservadores, não deixou dúvidas em relação ao seu apreço pela matéria científica da sua nacionalidade. Defendiam que o “grande partido da integração nacional”<sup>1</sup>, como aponta Ilmar R Mattos, deveria ser o único caminho para o progresso da nação. A ideia de se fazer da natureza um “monumento nacional” fora consagrado pelo reconhecimento público da memória, fundadora do Império brasileiro. Ao passo que o IHGB criticava as distorções deixadas pela história colonial, ele também buscava reafirmar a sua própria identidade através dela. O próprio IHGB tentou, inúmeras vezes, superar as distorções existentes entre a história nacional e a sua natureza. Essa busca pela identidade política da nação, somava-se aos interesses de uma elite econômica ávida pelas “riquezas da terra brasileira, buscando-se fixar uma diretriz para a sua compreensão”<sup>2</sup> e exploração.

Foi através dessa visão aérea imposta pela história política oitocentista que os homens cultos do império buscaram compreender a sua própria natureza no tempo. Criava-se, assim, um vínculo com esse espírito nacional, como sinal do seu progresso. Os próprios membros do

---

<sup>1</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *O Gigante e o espelho*. In. GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil Imperial. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 41.

<sup>2</sup> SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. Da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000. pp. 27-28.

IHGB foram responsáveis por se esforçarem em construir uma visão panorâmica da história do Brasil. Nessa época, pensava-se que o tempo da identidade condicionaria a imagem de um novo tempo para a natureza. Onde, a partir do qual, definia-se as qualidades do homem patriótico, em que a subjetividade passaria a ser compreendida pela própria identificação com o “eu –” coletivo. Segundo Ilmar R. de Mattos, a qualificação política da natureza refletia, também, a “expansão” desse homem moderno oitocentista para o seu próprio interior coletivo. O que justificava a busca da sua expressão “para dentro”, tomada como reflexo da sua coletividade. Segundo Ilmar Mattos, havia no século XIX um grande interesse pela ideia da interiorização, como princípio dessa unidade. A ideia de identidade, no século XIX, passou a dar maior projeção aos homens no presente, constituindo, assim, essa busca pela totalidade evolutiva do homem no tempo. Sendo assim, a integração nacional implicaria uma questão da conquista sobre o território nacional, que se somava ao projeto civilizador da época. Esse era um fator essencial, diferenciador dessa busca pela unidade do indivíduo com a nação.<sup>3</sup>

Nesse processo de integração, na elaboração do conhecimento sobre a sua cultura, expressava-se uma sensação de unidade, que foi, aos poucos, sendo vinculada à busca do seu progresso nacional. A cultura se transformou, assim, nesse objeto etnográfico para o Império, que buscava pela integração do homem com a pátria e a sua natureza.

No início do Império do Brasil, em 1822, o território brasileiro contava com dezoito<sup>4</sup> províncias consolidadas, herdadas do longo período da colonização. No decorrer do tempo, o Império do Brasil fundou apenas duas novas províncias, ou seja, a província do Amazonas, criada em 1850, que havia sido desmembrada da província do Pará, e a província do Paraná, criada em 1853, separada da Comarca de Curitiba. A maioria das províncias do Império havia sido herdadas das antigas Capitânicas Reais e incorporadas pelo Primeiro Reinado, onde passaram a ser qualificadas como “Províncias” reais, prolongando-se até a Proclamação da República em 1889. O Império do Brasil, no Reinado de D. Pedro I, ainda manteve os contornos

---

<sup>3</sup> MATTOS, 2009. p. 41.

<sup>4</sup> Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe

dessa relação com as antigas capitanias coloniais. E no Segundo Reinado, consolidou-se essa apropriação da ideia de uma nação como um reino “unificado”.<sup>5</sup>

Foi necessário, então, a partir da independência do Brasil, forjar para a nação um novo tipo de significado para a geografia do homem nacional. Essa busca trouxe para o debate político a ideia de “história” como matéria etnográfica dessa investigação. A ideia de “integração nacional” passou, assim, a ser dirigida, pelos historiadores, como um artifício político de organização da cultura no tempo. Cada “parte” da história passaria a se integrar à totalidade nacional desse indivíduo. O próprio império empreenderia os novos rumos desse processo, nessa conquista do homem totalizado pela nação. Esse modelo histórico passou a ser empregado através de um novo tipo de ordem do tempo, o que determinaria o seu lugar no presente. É através desse novo perfil do pensamento histórico e geográfico que se estabeleceu uma nova concepção de ordem no Brasil, integrada à busca pelo domínio da sua natureza.

A nacionalização do território brasileiro passou, assim, por um processo difícil de construção e fortalecimento do projeto civilizacional. Buscava-se incentivar, principalmente, a busca pelo controle do seu interior, ou seja, a busca pelo seu equilíbrio e sua autenticidade. Não se tratava apenas de promover a unificação política da nação, mas de buscar pelo equilíbrio entre a totalidade da nação na natureza e no tempo histórico. Isso acarretou a alteração da sua concepção geográfica e histórica do homem nacional, em sua nova relação com a natureza. Havia a concepção de que se deveria incorporar o presente como “um território vasto e contíguo, herdado da colonização portuguesa na América”, e que, ao mesmo tempo, servisse para estabelecer o seu vínculo necessário com o progresso da nação.<sup>6</sup>

Não bastava apenas impor uma lei geral que fosse controladora de toda a sua natureza nacional. Seria preciso também incorporá-la culturalmente. Ou melhor, identitariamente. A própria lei que passou a regular a questão fundiária no Brasil, criada em 1850, já demonstrava a sua inclinação para a questão da unidade territorial, onde o historiador passou a ocupar espaço nos debates políticos em favor da identidade nacional. As terras e a natureza se tornaram,

<sup>5</sup> GUERRA, Amanda Estela & SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *O “Atlas do Império do Brasil”*: Uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX. Portugal: Universidade do Porto, Faculdade de letras. Novembro de 2011. Disponível em: <http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/28.pdf>.

<sup>6</sup> MATTOS, 2009, p. 23.

portanto, patrimônio e identidade da nação. O que, de certa forma, privilegiava, sobretudo, a qualificação da sua cultura.

Antes dessa lei entrar em vigor, quando ainda sobressaía a legislação das antigas sesmarias, muitos homens que cruzaram o interior do sertão haviam sido motivados pela busca dos meios básicos para a sua sobrevivência. Havia a preocupação do Estado com a questão da integração do homem com a natureza. Onde se incentivava os deslocamentos e a ocupação territorial do seu interior. Aumentar a população sertaneja significaria elevar o homem à sua categoria nacional, refletindo, assim, o seu progresso econômico.

Os sertanejos que cruzavam os sertões levavam consigo apenas um “punhado” de farinha, uma foice e um machado preso ao ombro. Gente pobre, que avançava o interior alimentados pela promessa do progresso da nação. Derrubavam, roçavam grande parte desse vasto patrimônio, construindo habitações e formando pequenas vilas. A lei de terras de 1850 freou os deslocamentos, e passou a blindar o acesso livre dessa população mais pobre às terras no interior do Brasil.

A lei de terras consolidou, assim, o poder do Estado sobre o território nacional e passou a permitir que apenas as terras localizadas nas fronteiras internacionais fossem ocupadas pelos brasileiros pobres, sertanejos, miseráveis, onde estabelecia que: “Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente”<sup>7</sup>. A Lei de terras não contemplou a distribuição igualitária, dividida em pequenas propriedades. Ela privilegiava apenas os grandes proprietários, latifundiários, homens da elite agropecuarista, limitando o seu acesso da população mais pobre. O progresso oitocentista havia sido dirigido em nome dos mais ricos, dos grandes proprietários que compunham essa elite alimentada pelo desejo econômico internacional. Isso acabou elevando o custo de vida no Brasil. Essa elite latifundiária no século XIX dizia que dessas terras, agora, brotava tudo o que, por direito, lhes pertencia.

---

<sup>7</sup> BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/106011850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE.sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/106011850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE.sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais).

Identificamos aqui, portanto, que a construção da identidade esteve diretamente relacionada à construção do poder do império sobre a natureza. Ao passo que o Império buscava retardar o sonho nacionalista de muitos desvalidos, empregava também, seus esforços na identificação dessas riquezas naturais com uma pequena parcela da população nacional. O Estado consolidava, assim, a ideia de que o progresso nacional estaria associado ao futuro dos grandes proprietários da nação. Antes da Lei de 1850, os excluídos pelo Império foram os responsáveis por encarar, com coragem, as adversidades da sua própria ocupação, abrindo caminho pelas roças em matas fechadas<sup>8</sup>, e enfrentando a febre e outras doenças nos sertões. Dizia Antonio P. Pinto:

Collocai dois homens no Universo, dizia o eminente autor do *Espirito das Leis*, e em breve tempo elles se acharão em luta por causa de suas *respectivas fronteiras!* Este asserto não é um paradoxo, assenta ao contrario no facto constante das graves dissidencias entre as nações do globo por motivo da demarcação de seus limites.<sup>9</sup>

O Estado imperial brasileiro impôs essa nova missão civilizadora, em busca das suas fronteiras. Os homens de letras e de ciência construíram, para o Império, essa imagem unificadora sobre o tempo da natureza. A noção de “região” e “nação” foram, então, incorporadas à ideia de progresso nacional. E isso se deu porque se a terra tivesse a sua localização geográfica definida, ela seria, portanto, convertida nesse espaço de identificação. O que refletiria o avanço da nação “de dentro” e “para dentro” do sertão, em busca da sua identidade.<sup>10</sup>

## O IMAGINÁRIO GEOGRÁFICO DE RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS: UMA CRÍTICA À COROGRAFIA DO BRASIL

Pelos relatos e memórias escritos de Raimundo José da Cunha Matos, nome bastante conhecido nos círculos do IHGB, compreendemos, em parte, um pouco sobre a matéria da geográfica nacional brasileira no século XIX. Cunha Matos foi, sem dúvidas, um dos nomes

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>.

<sup>9</sup> PINTO, Antônio Pereira. *Limites do Brasil (1493 a 1851)*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXX, terceiro trimestre, 1867. p. 25.

<sup>10</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017.



mais importantes da sua época. Sua importância está atrelada à fundação do IHGB em 1838. Na revista, ele defendeu, desde o princípio, que a identidade do Brasil deveria ser pensada a partir de uma visão sobre a sua conquista da natureza. Um dos textos emblemáticos do autor, publicado na revista do IHGB, tratou de justificar essa necessidade de conquista da unidade através de uma política nacional que promovesse a expansão do Império para o interior, como uma forma de busca da sua autenticidade. Essa visão corporificada da natureza foi traçada pelo seu “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás” e na “Corografia histórica da província de Goiás”. Nesses relatos, ele associou a totalidade da visão da natureza à qualidade subjetiva da nação, em que o autor destacaria a necessidade da totalidade do conhecimento geográfico como lugar de afirmação da matéria política da sua civilização.

Como resultado disso, houve, na época, um aumento substancial do interesse da classe governamental pela fixação das famílias camponesas no interior do país, como uma forma de garantia de ocupação do território desocupado. Essa visão revelaria o interesse político pelo desenvolvimento da exploração das terras sertanejas acompanhado pela expansão das novas atividades econômicas. O fenômeno da conquista do interior se vinculava à política de incentivo às atividades científicas que percorreram o interior do Brasil na mesma época, e que passaram a ser realizado em favor do progresso nacional. A dinâmica das relações internas com o sertão brasileiro demonstrava o interesse nacional pela expansão das empresas terrestres e de navegação, na abertura de estradas e de canais de ligação e comunicação com o interior. Ampliando, assim, os meios de acesso aos núcleos agrícolas e de mineração.

As memórias descritas pelo itinerário ao Rio de Janeiro por Cunha Matos, durante sua marcha pelos sertões, revelam as impressões dessas mudanças que as regiões sertanejas vinham sofrendo ao longo do tempo. No documento, Cunha Matos, que na ocasião ocupava o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás, à serviço do Estado imperial, deixou registradas as suas relações pessoais com o sertão brasileiro no século XIX. Seu olhar revela esse impacto da modernização imposta pela política Imperial em nome da integração e do progresso regional.

Matos foi para Goiás a pedido do então governo imperial no intuito de proteger a região goiana contra as possíveis ameaças de invasão e retomada de Portugal pelas fronteiras do norte



da província. Sua observação sobre os fatos correntes nessa região, revela, sem dúvidas, a sua visão conservadora, revelando um pouco da sua experiência civilizadora. Segundo ele, entre os anos de 1823 e 1826, período em que escreveu parte de suas memórias, percorreu o interior do Brasil sendo guiado, sobretudo, pelos estudos dos astrônomos, engenheiros e naturalistas que passaram por ali em outras épocas no passado empenhados em promover a demarcação das fronteiras do Rio Grande, Mato Grosso e Pará.

Parte dessas informações, recolhidas por ele, foram somadas às relações das visitas feitas pelo bispo D. Fr. Caetano Brandão, dedicando horas de estudos sobre os documentos do bispado. Cunha Matos também arriscou esmiuçar o diário de viagem do Ouvidor do Rio Negro, Francisco Xavier de S. Paio, e o roteiro do coronel Sebastião Gomes da Silva Berfort, quem traçou o percurso desde a cidade de São Luiz do Maranhão até o Rio de Janeiro. Além desses relatos, Cunha Matos também analisou os documentos do inglês ‘Mawe’, e do príncipe de “Neuwied” e o Barão de Eschwege, além do “Tenente Coronel Varnhagem”, do inglês Koster e de muitos outros naturalistas estrangeiros que, segundo ele, apresentaram relações científicas diretas com a revelação dessa vasta natureza.<sup>11</sup>

O militar tinha por objetivo “publicar com estes mapas um atlas de cento e sete cartas topográficas e hidrográficas do interior do Brasil, que se acham prontas para a litografia, em escala de polegada por légua” (Matos, 2004, p. ii). No Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, originalmente publicado em 1836, constam quatro figuras de autoria de Cunha Mattos. Entre elas, a ilustração de uma “Bomba de Vento” – uma tromba d’água – que se formou sobre o Rio São Marcos, quando estava descansando às suas margens. Ademais, a composição da Carta foi fruto também de um trabalho coletivo na medida em que, em diversas ocasiões, Cunha Mattos menciona outros trabalhos consultados, que serviram de guia para a sua elaboração: “alguns esboços ou configurações mal delineadas de várias porções de território, os mapas da província, ainda que cheios de erros crassos” (neste volume, p.38), o mapa de Capitão Engenheiro Salvador Franco da Mota, e diversas outras cartas, mapas e roteiros, alguns atualmente conhecidos, outros, ainda ignorados pelos historiadores, como o mapa da região entre o Xingu e o Tocantins, produzido pelo francês PierreLapie (1777-1750), “que se acha extremamente errado em todo o

<sup>11</sup> MATOS, José Raymundo da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goyaz, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C., Tomos I e II, 1836.

interior do Brasil, não obstante dizer que foi organizado à vista dos mapas de Cruz, e de Tefferies” (neste vol., p. 173 nota 86).<sup>12</sup>

Após o ano de 1826, Cunha Matos apresentou publicamente os resultados da sua análise, sobretudo o cruzamento dos dados recolhidos em suas viagens, confrontando antigas informações, como as obras de “Spix e Martius”, com as novas informações recolhidas por ele. Com seu gosto de naturalista e patriótico, Matos incorporou as obras de Augusto de S. Hilaire, do major D’Alincourt e muitos outros naturalistas, que, segundo ele, deveriam ser tomados pelo seu compromisso científico com a sistematização da natureza do Brasil, reconhecida, justamente, “em razão do seu alto preço ou raridade”.<sup>13</sup>

Para ele, poucos homens tiveram a coragem e o vigor dos seus testemunhos, embrenhando-se, em nome da ciência, pelos sertões inóspitos do interior, em busca da morte. Vagar pelas terras “insalubres”, por acaso, seria motivo suficiente de manifestação de heroísmo, de patriotismo. Cruzar os lugares desconhecidos, até então encobertos por uma vegetação densa, seria uma forma de revelar o seu amor pela pátria. Em suma, Cunha Matos chamou atenção pela sua trajetória, onde descreve um pequeno resumo geográfico sobre a província de Goiás. Ele afirmou ter elevado a sua contribuição nacional. Na sua jornada, foram empregados mapas gerais “dos Termos dos Julgados do Araxá, e Desemboque da província de Minas Geraes”. Mapas estes que foram divididos em três grandes folhas, além da “carta de marcha desde o Rio de Janeiro até á Serra da Marcella da dita Provincia de Minas Geraes”.<sup>14</sup>

Cunha Matos dedicou sua vida à ciência, chegando a pedir desculpas em seu leito de morte a Januário da Cunha Barbosa por não ter contribuído mais com o IHGB. Ele teria sido nutrido por um certo saudosismo pelo passado, pelas viagens e as descobertas que o levaram à vasta natureza, consumido pela vontade de conquista dos sertões. Os mapas, reunidos por ele, lhe possibilitaram corrigir algumas distorções geográficas. O material foi organizado no formato de um atlas, e foi constituído por um total de cento e setenta cartas topográficas e hidrográficas que ilustravam o interior do Império brasileiro. Durante sua viagem, Couto de

<sup>12</sup> ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; OLIVEIRA, Maria de Fátima (Org.). *Mattos, Raimundo José da Cunha, 1776-1839. Escritos sobre província de Goiás: corografia histórica, itinerário, carta corográfica*. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021. p. 310.

<sup>13</sup> MATOS, 1836, p. viii.

<sup>14</sup> MATOS, 1836, p. x.

Magalhães reafirmou essa culpa pela falta de dedicação. Dissera que, às vezes, havia sido nutrido por um certo vazio, por não ter recolhido mais informações detalhadas sobre os lugares que havia visitado. Mas, afirmou, que poderia, mesmo assim, reconhecer a sua pouca contribuição aos naturalistas, interessados na ampliação dos estudos cartográficos. As informações recolhidas por ele foram de suma importância para abrir novos caminhos ao progresso da ciência da natureza. Para ele, a cartografia era como “um círculo hermenêutico no qual a viagem possibilitaria o reconhecimento de regiões obscuras ao público culto e o conhecimento das regiões obscuras, e que possibilitaria que outros viajantes pudessem promover, *assim*, novas viagens”.<sup>15</sup>

Uma das críticas levantadas por Cunha Matos direcionava-se ao fato de que em muitos aspectos, os mapas que ele mesmo havia analisado estavam desatualizados. O que revelava inconsistências de informações e induzia muitos viajantes, ao erro, atrasando, assim, a conquista do território nacional. Segundo Cunha Matos, os mapas evidenciavam os erros científicos e caracterizavam equivocadamente os aspectos da nossa natureza: como a confusão criada sobre as águas correntes das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, e em parte de São Paulo e Cuiabá. Essas inconsistências, segundo ele, dificultavam o progresso da civilização.

Alguns relatos sobre a característica da natureza variavam muito segundo as observações feitas no passado. E que ora chamavam as águas de “rio” e outrora de “ribeirões” ou “córregos”, causando, assim, imensa confusão aos naturalistas. Segundo ele, a corografia deveria identificar essas incertezas. Principalmente as incertezas que retardavam a unidade nacional. Para ele, a definição correta para esse tema não poderia ser apenas de sua responsabilidade, mas das autoridades do governo. O Imperador é que deveria investir em excursões científicas para que houvesse o mapeamento total do território nacional.

Essa crítica, lançada por Cunha Matos, às distorções deixadas pelo passado, direcionava-se às imprecisões sobre a topografia de regiões que foram mapeadas sem fundamento científico. Segundo ele, muitos observadores, aventureiros e estudiosos, perceberam que as cordilheiras de montanhas que formavam a paisagem do seu território também eram confundidas pelo nome de “serra”, e outras, de igual composição, pelo nome

---

<sup>15</sup> ARRAIS; OLIVEIRA; OLIVEIRA (Org.), 2021, p. 284.

“morro”. Segundo Matos, “Tal he o motivo de apparecer huma vasta nomenclatura de serras que na Provincia de Goiaz podem ser reduzidas a dous ou tres systemas geraes, filhos da Serra do Már, e de ramificações dos Andes do Perú e Nova Granada”<sup>16</sup>.

O desempenho crítico feito por Matos, sobre as vilas de Goiás, também alimentou a imaginação religiosa dos seus leitores. Em Goiás, Cunha Matos desenhou uma passagem religiosa da natureza e destacou a qualidade da arquitetura local das suas “Igrejas Paroquiais Matrizes” e “Filiais Curadas”<sup>17</sup>, que integravam a nova ordem religiosa das vilas sertanejas. As Igrejas eram, segundo ele, quem regulavam as povoações, orbitando a vigilância das suas insólitas residências. Essas pequenas povoações, que recebiam a denominação de “arraiais”, segundo Matos, possuíam uma arquitetura incorporada à paisagem da sua natureza. Com um estilo bem específico, bem diferenciado, distante da arquitetura do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais.

Segundo ele, não existia nesses “arraiais” organização igual. Na região de Goiás, Cunha Matos manifestara forte admiração pelas Igrejas, Matrizes e ‘Capelas Curadas’. A localização do exótico, e do sertanejo, compunha uma arquitetura simples, porém organizada. A casa do Vigário ou do “Cura”, ambas na mesma Igreja, compunham as vilas, e ao redor da Igreja havia poucas moradas. Essas Vilas eram todas, ao mesmo tempo, vizinhas. E revelava a característica típica dessa população sertaneja, com os seus núcleos de poder organizados em torno da fé e da religião, composta, principalmente, pela estrutura das fazendas. Na época, as vilas foram organizadas em torno de casas de orações, como em Goiás. E como se reproduzia em muitas outras províncias do interior, onde a fé que se misturava à paisagem bucólica da sua natureza, “lugares ermos, ou em alguma fazenda de açúcar ou de criação de gado”<sup>18</sup>.

Muitas dessas propriedades rurais, reconhecidas como fazendas, engenhos, sítios e roças, se diferenciavam, segundo Matos, de outros povoados do litoral, pela sua forma de organização e, principalmente, pela maneira como contribuía para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região. Para Cunha Matos as “fazendas” de Goiás serviam como

---

<sup>16</sup> MATOS, 1836, p. XI.

<sup>17</sup> Título concedido pela Igreja católica, por exemplo, a capela Curada situada em um povoado com importância econômica e populacional.

<sup>18</sup> MATOS, 1836, p. xii.

importantes centros da economia do Império, reconhecidas pelo fato de que nelas se criavam, em grande quantidade, “gados vacum, cavallar e cerdal”. Ao contrário dos “Engenhos” que se dedicavam à produção agrícola. Segundo Matos, na região de Goiás muitas dessas propriedades “não existia hum só escravo”, e as “Roças”, segundo ele, eram propriedades que cultivavam na maioria das vezes gêneros como cereais, “farináceos”, e que atendiam mais especificamente à demanda da população local, compondo a base da economia local familiar.<sup>19</sup>

Seu itinerário incorporou as complexidades inerentes ao próprio território nacional, do interior de Goiás. As consultas aos mapas, segundo Matos, definiram o imaginário que, também, os ligavam ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e a Serra da Marcela (MG) com a província de Goiás. Os mapas preenchiam os espaços vazios, como entre “Julgados de Araxá e Desemboque”, mas não poderiam apresentar, com exatidão, “em huma única folha de papel”, todas as comunicações entre elas. E por isso mesmo seria necessário compilar a totalidade da coleção, inteira, para que, assim, pudesse superar o vazio geográfico existente entre elas.

Matos pressupunha apresentar uma imagem unificadora dessa geografia nacional. A sua ligação com o interior criava essa falsa imagem unificadora do império. O conhecimento sobre o tamanho exato do território nacional brasileiro determinara o tamanho da sua riqueza. Buscava-se, então, superar as imprecisões deixadas pelo passado, incorporando, assim, os pontos específicos da sua geografia. Pontos estes que se interligavam ao modo de vida desses pequenos núcleos agrícolas. Segundo ele, a crítica às imprecisões geográficas, como a de Minas Gerais e Goiás, fizeram parte da falta de precisão no olhar detalhado de alguns viajantes. Naquela época ainda persistiam muitos erros, o que dificultava outras viagens. Isso comprometia o avanço da ciência e retardava o processo de nacionalização. Essas indefinições, segundo Matos, causavam graves prejuízos à nação, desgastes que elevavam os custos de novas viagens e que afetavam o Império, e comprometia o processo de unificação nacional. Tanto os erros de astronomia, quanto o de geografia prejudicavam o império brasileiro.

Para Cunha Matos, reunir os documentos, e coleções pessoais, significava ampliar os estudos sobre a natureza do território nacional. As mesmas marchas que Matos havia feito, medindo as localidades de uma terra a outra, de um lugar a outro, seguiram, também, antigos

---

<sup>19</sup> MATOS, 1836, p. VIII.

viajantes. Matos criticava, portanto, a falta de critérios científicos deixados pelos colonizadores. Principalmente os erros de astronomia deixados pelos jesuítas, como as inconsistências de Diogo Soares e Domingos Chapazzi. Para Cunha Matos esses jesuítas sequer haviam levado em consideração as observações astronômicas de Goiás, o que poderia comprometer os resultados geográficos da nação.

Nas suas viagens, José Raimundo da Cunha Matos procurou seguir exatamente as orientações do engenheiro Salvador Franco da Mata, que foram feitas em prol da sua jornada pelas terras do Mato Grosso no ano de 1772. Segundo ele, se o pesquisador cartográfico e historiador comparasse os mapas atuais com os mapas antigos ele perceberia facilmente as mudanças de localização. Que variavam de acordo com as alterações dos nomes das propriedades rurais. Segundo ele, no interior de Goiás as fazendas eram batizadas usualmente com nomes religiosos, que serviam de referência para os viajantes que cruzavam o interior dos sertões. Os fazendeiros tinham, à sua maneira habitual, o costume de batizar devotadamente a sua propriedade com nomes de santos, imprimindo às suas terras um espírito protetor: advogado, intercessor e guardião da sua propriedade e da sua família.

Segundo ele, qualquer novo proprietário que adquirisse um antigo sítio ou fazenda, no interior, tratava, imediatamente, de rebatizá-la, por sua própria crença e superstição. Essas fazendas serviam como pontos de referência aos viajantes. O nome de um santo ou protetor era definido segundo sua devoção. Uma prática comum entre os fazendeiros. Aqueles que cruzavam os sertões podiam facilmente seguir com segurança essas orientações, tomando-as como ponto de referência. Segundo Matos, isso revelaria um novo problema. Ou seja, segundo ele, ao longo do tempo, muitas dessas propriedades que mudavam de dono, conseqüentemente, resultavam em nova alteração dos mapas. E muitos desses mapas já se encontravam desatualizados. Essa nova leitura das localidades, de certa forma, influenciava diretamente a alteração dos estudos cartográficos, o que dificultava a sua integração. Convertendo antigas demarcações e alterando os novos caminhos de acesso aos sertões.

Nos antigos mapas analisados por Cunha Matos, em suas viagens, não constavam mais do que meia dúzia de algumas localidades antes demarcadas pelos fazendeiros. Que, ao longo do tempo, foram sendo abandonadas ou destruídas, “ou receberão novos nomes a arbitrio de

possuidores novos”<sup>20</sup>. Para ele, essa variação topográfica levaria à inconclusões científicas. Ocasionalmente, assim, um grande prejuízo para o Império do Brasil. O autor alertava para o fato de que o próprio governo deveria fortalecer as políticas públicas, para que, assim, pudesse imprimir novas referências científicas, menos inconsistentes. A partir dessa crítica, Matos lançava, portanto, um apelo ao Estado, para que aumentasse os investimentos em novas viagens, para que, assim, não deixasse escapar as demarcações e suas referências para o futuro da nação.

José R. da Cunha Matos dizia que uma das suas maiores lições foi extrair, na época, dos estudos do cônego Luiz Antônio da Silva e Souza, ensinamentos sobre as preciosidades do Brasil. Matos dizia que o vigário do bispado de Goiás era um “sabio eclesiastico”, intitulando-o de ‘o pai da Corografia’ moderna brasileira. Seus estudos geográficos, segundo ele, constituía um vasto campo de análise sobre a história da província de Goiás. Dizia ele:

Quando eu comecei a ajuntar os materiaes para a corographia historica da provincia de Goiaz, ignorava a existencia desta Memoria, e por isso depois de concluida a minha obra, pedi ao sabio Memorialista e á Camara da Cidade de Goiaz, huma copia daquelle precioso manuscripto, para o confrontar com os que eu já tinha arranjado. A Camara e o illustre autor da memoria obsequiárão-me como eu esperava, honrando-me pelas cartas aqui juntas (\*), muito mais do que eu tinha razão de ambicionar.<sup>21</sup>

Os anos de trabalho e estudos sobre a corografia do interior de Goiás levaram Cunha Matos a demandar ampla memória sobre as novas populações da região. Alertando-os sobre a urgência para a publicação imediata da sua obra. Segundo ele, sua obra serviria como uma versão mais nova, atualizada, para a sua época, e que deveria substituir outras obras desatualizadas, mas que eram utilizadas pelo império. Ele chega a lançar um apelo para o fato dos seus fundos de investimento serem insuficientes para a publicação dos seus valiosos escritos e memórias sobre a corografia do Brasil.

Para Matos, seus escritos atenderiam às necessidades da administração do Estado geral e da província de Goiás. Foi a partir dessa ligação, em prol dos estudos e da organização dos mapas que Matos pôde estabelecer, com nitidez, o seu itinerário. Naquela época, Matos havia mapeado mais de três mil pontos de referência que se interligavam à província de Goiás. A

<sup>20</sup> MATOS, 1836, p. xvi.

<sup>21</sup> MATOS, 1836, p. vii.



partir deles, o Estado poderia então proporcionar os meios necessários para reforçar essa comunicação com o interior, já que “a Província de Goiás não podia ser explorada em dous annos por hum homem quasi desacompanhado, e que, além dos entretenimentos geographicos, tinha muitas outras cousas em que cuidar”<sup>22</sup>.

Por fim, após o ano de 1826, Cunha Matos escreveu o seu último artigo sobre o seu itinerário, onde relatava a sua chegada ao Rio de Janeiro. Na ocasião, reforçou ter testemunhado muitas transformações, e que, em suas conclusões, impactariam futuramente a província de Goiás e, principalmente, a nação. Para ele, essas transformações eram necessárias para que o progresso fosse registrado, e para que, assim, fossem, também, feitas “algumas correcções sobre topicos em que houverão enganos por eu ter sido mal informado. Esses enganos forão mui poucos (...)”<sup>23</sup>.

## A GEOGRAFIA NACIONAL E A IDENTIDADE DO BRASIL

A partir dessa busca por uma natureza da identidade do Brasil tornou-se possível traçar, então, os limites dessa grandiosa região que estava sendo construída à imagem e semelhança da população. O caráter aventureiro dos sertões alimentava essas narrativas de pertencimento, o que refletia, também, a identidade do conquistador. O valor atribuído à colonização foi sendo convertido na noção de prosperidade colonizadora, constituindo, assim, uma espécie de território vencido.

Ao longo dos anos de 1839-1870 assistiu-se, por exemplo, à consolidação do Estado imperial nacional brasileiro. Vinculado a uma “política de civilização” pela conquista da terra. A indivisibilidade do território nacional seria a principal garantia dessa legitimação do reino. Traçava-se, assim, a imagem nacional do conquistador pela “conquista dos sertões”. Aqui, despertava-se o interesse claro do Estado imperial brasileiro pela conquista da natureza. Todas as variáveis nacionais da nossa cultura teriam sido convertidas nesse sintoma da política

---

<sup>22</sup> MATOS, 1836, p. xix.

<sup>23</sup> MATOS, 1836, p. xix.

nacional, ou seja, da “política de integração” nacional, em busca da afirmação do seu “corpo político”.<sup>24</sup>

Como apontou Capistrano de Abreu magistralmente, o Brasil, no início do século XIX, não passava de uma coleção de cinco regiões etnograficamente distintas, em que apenas a língua e a religião comum atuavam no sentido de uma aproximação. Largos espaços por colonizar, paisagens diversas; hábitos estranhos uns aos outros; vida econômica, fora dos grandes centros, tendentes à autarquia; comunicações precárias; ausência de vida social e de cultura escrita; tudo concorria para separar e distinguir. Em relação a este mosaico, o poder de atração da Corte no Rio de Janeiro não era muito superior àquele que Lisboa exercera no período colonial.<sup>25</sup>

O que significa dizer que surge, no século XIX, um projeto institucional de qualificação da identidade, definida pela ideia de conquista da natureza. Salienta-se que o conceito de “identidade nacional” tem sua origem no século XIX a partir da ideia de “solidariedade política”, em busca da unidade da história e da cultura. Essa busca pela nacionalização da cultura foi erguida “sob o manto monárquico” e avançou contra os próprios limites impostos pela colonização. Segundo Benedict Anderson, as peculiaridades da identidade nacional deveriam ser consideradas como fundamento de uma “comunidade política”.<sup>26</sup> Definia-se, assim, através dessa perspectiva, um novo traço para a nossa cultura, que passou a ser incorporada pela ideia nacional da nossa natureza. O próprio regime imperial foi revestido por esse recurso de territorialidade, “como se a nação e seu acólito estrutural, o Estado, organizasse todo o regime de possibilidades historiográficas disponíveis à representação”<sup>27</sup>, unificando identidade e natureza.

Como salientou Ilmar R. Mattos, devemos ter em mente que a primeira carta constitucional do Brasil de 1824, também passou a versar sobre a questão da natureza e dos limites nacionais como garantia da sua unidade e da sua defesa. Esse espaço de defesa os levaria ao seu lugar de pertencimento. Daí se manifesta a importância, como vimos, da valorização e da proteção dos relatos e dos mapas nacionais. Segundo Ilmar Mattos, a defesa do território brasileiro, naquela época, deveria contribuir para que fosse necessário garantir a formação do

<sup>24</sup> MATOS, 2009, p. 24.

<sup>25</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999. p. 97.

<sup>26</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.

<sup>27</sup> CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX, o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 18.

seu “corpo político”. A partir daí, a busca pela identidade deixaria claro a intenção nacional pela conquista da natureza. A busca pela natureza mantinha relação com o lugar de “pertencimento”. O que também pressupunha a busca pelo vínculo da identidade com a natureza.

(...) os léxicos remetem para um laço natural de pertença a um território ou a uma comunidade, marcados pelo nascimento, *maxime* por um nascimento de pais também eles nascidos na terra. Paradoxalmente para nós, “de nação podia” ser um estrangeiro que, justamente por causa da sua natureza, se contrapunha aos da terra (v.g., a “nação francesa”, “gente de nação” [judeus]). A palavra remetia, portanto, para fatos naturais, como o nascimento ou o amor a sua terra.<sup>28</sup>

Isso significa dizer que a construção da identidade natural passa a orientar, ao mesmo tempo, uma cadeia genética que viabilizaria o laço da cidadania com a terra. Em busca do seu lugar de origem. Essa abordagem sobre a terra passou a convergir com a ideia de identidade e de natureza, com a qual o “lugar de nascimento, antes referido a alguma localidade próxima e a mútua familiaridade – a pátria –, deslocava-se para outro espaço, incomensuravelmente mais amplo e imaginado – a nação”<sup>29</sup>.

Não podemos ignorar o fato de que esse projeto nacional foi aos poucos sendo incorporado como um projeto de nacionalização da natureza. Isso devia levar em consideração que a identidade equivaleria à construção do seu território, pelo seu vínculo com a terra. De acordo com Anthony Smith, a nacionalização da identidade e sua incorporação pela natureza, dependeria diretamente de alguns fatores de identificação, como: a afirmação de um território historicamente construído, uma memória coletiva construída a partir da consolidação desse território, da territorialização da cultura, de normas comuns e de uma economia centralizada.<sup>30</sup> Nesse mesmo sentido, a cultura passou a negociar com o tempo da natureza o seu lugar de identificação com a terra.

A função da identidade passou a ser negociada, principalmente, pelos valores nacionais da sua natureza. Desse ponto de vista, o diálogo entre a natureza e a consciência

<sup>28</sup> HESPANHA, António Manuel. *Pequenas Repúblicas, grandes Estados*. Problemas de organização política entre antigo regime e liberalismo. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, pp. 7-14, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/W5RQKY3sbcPHd6Vhn6D8Wqd/?lang=pt&format=pdf>. p. 96.

<sup>29</sup> MATTOS, 2009, p. 25.

<sup>30</sup> SMITH, Anthony. *National Identity*. Reno: University of Nevada Press 1991. p. 14

histórica revelou a necessidade de afirmação de uma política das origens como lugar de pertencimento. A ideia de fronteira foi, assim, ampliada. Fundindo-se à ideia de “pertencimento nacional”. A partir daí, procurava-se “estender os braços do poder imperial por todo o território”<sup>31</sup>. Já que o surgimento da ideia de “territorialidade”, vinculado à formação dos Estados modernos nacionais, pressupunha esforços de legitimação política que caracterizavam o fortalecimento de um “sentimento nacional”<sup>32</sup>.

Veja que a noção de “identidade” e territorialidade estava relacionadas à noção do tempo histórico. Esse projeto identitário envolveria, portanto, a relação com as suas “pátrias locais”. Que, como salientou Ilmar R. Mattos, retiraria daí a noção de integração, traçada por uma nova ordem política pelo domínio da terra, em que o indivíduo, portanto, incorporaria a sua dimensão nacional.

Foi nessa busca pela territorialização da própria natureza que os membros da revista do IHGB passaram, então, a buscar compreender qual seria a temporalidade histórica da geografia nacional brasileira. Aqui, a natureza foi convertida em objeto da ciência, “cuja organização gravitava em torno de noções gerais que refletiam as preocupações daqueles que exerciam o poder”<sup>33</sup>. Como salientou Gonçalves Dias, a identificação do homem com a terra significaria transformá-la em algo “exclusivamente nosso”.

Conforme foi mencionado pela historiografia ihgebeniana, isso foi feito através da incorporação de uma linguagem específica sobre a natureza. Que constituía a “retórica da nacionalidade”, cuja estratégia discursiva havia sido utilizada “para persuadir os brasileiros de que (...) compartilhavam um passado comum e, conseqüentemente, igual origem e identidade”<sup>34</sup>.

Projetava-se, então, essa busca pela terra a sua própria legitimidade<sup>35</sup>. Dirigida “para uma compreensão perfeita da formação da nação”, onde, “nessa área, precisamos considerar

<sup>31</sup> MATTOS, 2009, p. 44.

<sup>32</sup> BADIE, Bertrand. *O Fim dos Territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 46.

<sup>33</sup> MATTOS, 2009, p. 19.

<sup>34</sup> CEZAR, 2018, p. 20.

<sup>35</sup> BIAGGI, Enali M de. *As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações*. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e

dois fatores importantes: primeiro, a extensão do território e os seus acidentes geográficos, e segundo, a história da sua colonização”<sup>36</sup>.

Momentos de convergência para novos pólos de povoamento, de expansão, ou de respostas a desafios externos. Momentos em que os limites naturais, administrativos ou mesmo internacionais do espaço regional foram ultrapassados e dilataram-se fronteiras, delineando o território onde a nação se constituiu e levando, o que é essencial para tanto, língua, cultura, religião, interesses econômicos, procedimentos administrativos, e instituições tradicionais. Modelando tipos humanos, usos e costumes, maneiras de pensar e de viver, por força de circunstâncias locais, geradoras de diversidades que distinguem, mas não separam. Criando vínculo com o solo, vínculos espirituais, que para Ratzel, constituem fundamentos da vida das nações politicamente organizadas.<sup>37</sup>

Seria necessário, portanto, que o império buscasse, por um lado, romper ou mesmo superar as barreiras naturais impostas pelo colonialismo. Superar esses obstáculos significaria estreitar os laços com a sua terra. Aqui, “o governo do novo reino foi centralizado no Rio de Janeiro, ficando-lhe subordinadas todas as antigas colônias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e outras que, sacrificando as suas tradicionais prerrogativas e equivalências, iam aos poucos passando à categoria de Províncias”<sup>38</sup>.

Veja que em um primeiro momento, a administração pública do Segundo Reinado buscou enobrecer as adversidades impostas pela própria natureza ao reino: “alagam-se os campos, crescem os rios, que são muitos; e as estradas inundadas tornam-se de difícil transito: tal peste de febres se desenvolve em princípios e fins das águas, que somente os efeitos ao clima húmido e quente podem resistir”<sup>39</sup>.

Nessas terras, com um clima exuberante e exaustivo, “viu-se nesse século alguns homens penetrarem em nossas florestas, copiarem tão ao natural o modo de vida dos indígenas

poder. Paraty: 2011. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/DE\\_BIAGGI\\_ENALI\\_M.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/DE_BIAGGI_ENALI_M.pdf).

<sup>36</sup> OBERACKER JUNIOR, C. H. *A formação da nação brasileira*. São Paulo, USP: Revista de História, [S. l.], v. 14, n. 29, 1957. p. 22. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105122>. Acesso em: 1 fev. 2022.

<sup>37</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *O Rio de Janeiro e a formação nacional*. Rio de Janeiro: RIHGB, 2ª parte, a. 161, n. 408, 2000, pp. 226-227.

<sup>38</sup> OBERACKER JUNIOR, 1957, p. 27.

<sup>39</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memoria historica e documentada da Revolução da provincia do Maranhão desde 1839 até 1840*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo X, 2º ed., 3º trimestre, 1848. p. 266.

que podiam ser tomados por verdadeiros selvagens”<sup>40</sup>. Um manuscrito oferecido ao IHGB pelo próprio Imperador D. Pedro II dizia que “neste tempo penetrou a inveja das nossas conquistas (...) e entraram elles tambem com ellas”<sup>41</sup> no coração dos sertões.

A conquista da natureza, aqui proposta, por si só, imputava-lhe um processo de deslocamento em busca da identidade nacional. Onde se “reservava ao centro – à Coroa –, ao mesmo tempo que o justifica, o papel de gestor dos interesses dominantes que se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território”<sup>42</sup>.

A vitória pela conquista da identidade alimentava a edificação da civilização da natureza através do seu domínio. É através dela que “teve sempre esta terra ser benigna mãe dos forasteiros, agasalhando-os, e fazendo-lhes mimos, sem que os naturaes invejassem a dita de quem os maternos affagos lhes roubava, antes tratando-os com igual benevolencia, (...), do que se originou sua ruina”<sup>43</sup>. A identidade, portanto, determinaria o seu lugar de identificação com a terra, fixando, assim, a chamada “comunidade de destino”<sup>44</sup>:

A ambição dos conquistadores desde a antiga Roma até nossos dias, o intento de conseguir as divisas que se chamam *naturaes*, o principio do *equilibrio* territorial, a aquisição de um ponto considerado estrategico, e as exigencias do commercio e das industrias em paizes circumscriptos á estreitas áreas, são, pela maior parte das vezes, as origens das longas desavenças por questões de fronteira.<sup>45</sup>

A afirmação da identidade, como defendeu Tomaz Tadeu da Silva, se dá, principalmente, pelas diferenças. Segundo ele, “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”<sup>46</sup>. Sendo assim, a ideia de territorialização e fronteira tornou-se algo necessário para a conquista desse

<sup>40</sup> PINHEIRO, J. C. Fernandes. *A França Antartica*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXII, 1859. p. 23.

<sup>41</sup> RIHGB. *Manuscrito sobre os Limites do Brasil oferecido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pôr S. M. Imperador*. Rio de Janeiro, vol. 24, 1861. p. 115.

<sup>42</sup> MATTOS, 2017. pp. 97-98.

<sup>43</sup> NETTO, Filippe Lopes. *Guerra civil ou sedição de Pernambuco. Exemplo memoravel aos vindouros*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XVI, nº 9, 1853. p. 06.

<sup>44</sup> FIORIN, José Luiz. A construção da Identidade nacional brasileira. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009, p. 117. Retirado de: [file:///C:/Users/crist/Downloads/3002-Texto%20do%20artigo-6719-1-10-20100617%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/crist/Downloads/3002-Texto%20do%20artigo-6719-1-10-20100617%20(1).pdf).

<sup>45</sup> PINTO, Antonio Pereira. *Limites do Brasil (1493 a 1851)*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXX, terceiro trimestre, 1867. p. 25.

<sup>46</sup> SILVA, Tomas Tadeu da. A Produção social da identidade e da diferença. In. \_\_\_\_\_ (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 75.

seu lugar na natureza. A própria ideia de fronteira, em si, estabelece essa relação com a identidade e a diferença. Ou seja, a fronteira traz em si o traço do outro, da diferença. Pois a fronteira estabelece a demarcação, e sempre opera em uma relação de exclusão e inclusão.

A construção da identidade nacional seria, portanto, feita por meio da sua ligação com esses limites estabelecidos pela fronteira. Há a busca pela sua própria individualidade coletiva, uma busca pelas suas raízes, pelo seu lugar comum. O próprio IHGB atuou nessa finalidade, na condição de instituição de memória, responsável por responder qual seria, de fato, a natureza da identidade brasileira. O futuro da nação passa a depender dessa construção identitária, na busca pela “perfectibilidade da espécie humana”, pela civilização e o seu progresso. Como expressa a memória de Guilherme Schuch de Capanema, lida na sessão do IHGB de 1848, ele afirma, na ocasião, que “Algumas observações ácerca da influencia exercida pelos progressos do homem sobre a vegetação e o aspecto physiognomico dos paizes que elle habita”<sup>47</sup> reforçaria o seu nível de civilização.

Esse mergulho na natureza do homem converteu os aspectos da nossa natureza em símbolos identitários. Englobando a vegetação e os nativos da terra. E estabelecendo unidade entre o lugar de afirmação e o seu reconhecimento<sup>48</sup>.

A corrida colonial franqueou alguns limites dessa conquista, e a natureza se converteu nesse espaço de poder. Dominando as “rotas e rotinas que se foram encorpendo em seu interior, mesmo quando, transbordando os limites dos núcleos fundadores mediante a integração de mercados regionais, o isolamento das partes fosse paulatinamente esmaecido”<sup>49</sup>. O Estado passa a dominar a relação do homem com a sua própria natureza. Aqui, “os colonos, atraídos para um sertão cheio de promessas, abandonam, ao cabo, todas as comodidades da vida civilizada”<sup>50</sup>.

A bancarrota das capitanias hereditárias no século XVI teria sido atribuída pelo século XIX às dificuldades impostas pela distância entre as próprias capitanias, entre o litoral e o sertão

<sup>47</sup> RIHGB. *Extracto das actas das sessões do 3º trimestre de 1848*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo X, 3º trimestre, 1848. p. 407.

<sup>48</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

<sup>49</sup> JANCSÓ, Istvan. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 23.

<sup>50</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Companhia das letras, 2014. p. 43.



e a vastidão do território colonizado. A falta de centralismo também foi decisiva para a decadência das capitanias. Isso reforçava uma crítica, na época, que dizia que “Restituída segunda vez a Colonia, tornou Portugal a entregar-se aos somno costumado sem se prevenir para o futuro, não se cuidou em territorio, só em descanço e cortezia, (...), não ficou ainda escarmentado, não aprendeu o que lhe convinha.”<sup>51</sup>.

A crítica revelava os contornos do pensamento moderno oitocentista. No Brasil, a terra se tornou um potencial para a “civilização”. Nesse “processo de adaptação, o indígena se tornou seu principal iniciador e guia”<sup>52</sup>, e, no século XIX, foi convertido em objeto de identidade. Ao gosto da coroa, esse retorno ao nativismo passou a servir como retórica de afirmação. Entre a terra e o índio surge esse lugar de afirmação nacional<sup>53</sup>.

A própria condição de predomínio da *terra*, como retórica de identidade, desde a sua perspectiva colonizadora, fez com que esse esforço de conquista da natureza fosse convertido nesse espaço de conciliação, “por meio de um novo programa de relações que apostava nesta *naturalização*”<sup>54</sup> da cultura.

Os territórios continuariam assumindo o seu lugar de destaque no projeto nacional da natureza no século XIX. Como vimos, esse projeto converteu a ideia de natureza na máxima dessa indivisibilidade da cultura<sup>55</sup>. Onde “um mesmo território determinaria o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencimento a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região prescinde de uma base territorial”<sup>56</sup>.

O espaço de conquista dessa identidade, equacionou a busca pela “materialização dos seus limites”. E estabeleceu a defesa pelo progresso do homem e da sua natureza. Isso alimentou a crença pela “perfectibilidade” humana, adaptada às necessidades da sua civilização. O

<sup>51</sup>RIHGB. *Manuscripto sobre os Limites do Brasil oferecido ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pôr S. M. Imperador*. Rio de Janeiro, vol. 24, 1861. pp. 130-131.

<sup>52</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Companhia das letras, 2014. p. 43.

<sup>53</sup>SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2009.

<sup>54</sup>SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. JANCSÓ, Istvan. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 613.

<sup>55</sup>MATTOS, 2004. pp. 9-101.

<sup>56</sup>MATTOS, 2004. p. 24.

processo civilizador foi, na época dos nacionalismos, um projeto dirigido para o futuro. Como revela Manuel Araújo Porto-Alegre, “a geração presente não está totalmente degenerada; moço, como sois, podeis abarcar este Imperio de um extremo a outro, e levantal-o ao nível das nações mais nobres”<sup>57</sup>.

Era assim que os problemas da formação de uma nova unidade política, mesmo que mantendo a legitimidade dinástica, passavam pela resolução dos problemas que envolviam um Estado nacional independente, entre os quais, a formação de um centro político-administrativo e de uma estrutura que o unisse em torno de suas mais diversas partes; ademais, a criação de laços comuns, fossem reais ou simbólicos, ideológicos ou discursivos, que pudessem fornecer os vínculos de *imaginação* a essa comunidade. Foi assim que os próprios coevos tiveram clareza de que não deveria existir uma fissura entre a *teoria* e a *realidade*, e tentaram resolvê-la por meio não só da criação, mas da sobrevalorização da implementação de um sistema de medidas positivas. Dessa forma, seria significativo que, em 1825, numa correspondência trivial do presidente de Pernambuco ao Rio de Janeiro, depois de elogiar a Carta de 1824, ele completasse: “Não temos, porém uma Legislação que se diga propriamente pátria e adaptada às nossas circunstâncias. Eis o grande e majestoso objeto em que nos achamos empenhados”. A prática da *lei fundamental* era o imediato desafio a ser enfrentado.<sup>58</sup>

Aqui, a conquista da identidade pela natureza<sup>59</sup> alimentava esse sonho civilizacional para o futuro, mirando a sua prosperidade, em favor do seu progresso nacional.

## “FILHOS DA TERRA, FILHOS DO REINO”

A relação entre as partes do Império foi submetida aos interesses da coroa no Brasil. Principalmente porque a presença da monarquia no Brasil oferecia uma falsa sensação de progresso desde 1808. A partir dessa tradição monárquica foi revelada uma nova relação de poder com a terra. Aqui, a terra se tornou sinônimo de “civilização”, pois incorporava a ideia da “ordem” pelo trabalho, convertendo-os em filhos da terra. Aqui, “o filho da terra conservou

<sup>57</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. *Memoria. Sobre a antiga escola de pintura fluminense*. Rio de Janeiro: RIHGB, 1841. p. 557.

<sup>58</sup> SLEMIAN, 2009. p. 143.

<sup>59</sup> Ver BARREIROS, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resitência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ao filho do reino fazenda e honra, e disse-lhe: ‘A independência é o oceano que nos separa e nada mais’.<sup>60</sup>

O sertão passou a ser vinculado à promessa de civilização. Em que a prosperidade do espírito nacional passou a depender desse vínculo dos homens com a expansão das atividades agropecuárias. Os nativos foram, indistintamente, inseridos nesse novo panorama, onde o cultivo da terra motivaria o seu progresso. A própria agricultura foi tomada como motor da civilização. Por exemplo, a política de aldeamentos, que foi empregada pelo império e visava justamente converter os indígenas em potenciais produtores, trabalhadores rurais do império, já que o cultivo da terra foi empregado como instrumento de civilização. A partir desse novo vínculo com a terra, criticava-se “que os selvagens nas suas agressões contra os cristãos são quasi sempre incitados por violencias e provocações destes”<sup>61</sup>.

Aldear os índios significava impor o seu domínio pela fixação das tribos em lugares específicos. O nativo se tornou o símbolo máximo desse vínculo do homem branco com a terra. O indígena carrega a imagem da natureza, de quem convivia de perto com os perigos escondidos nela, o lugar “das feras”<sup>62</sup>. A partir dessa experiência civilizacional, como o processo de aldeamentos, pelas mãos do civilizador “exageradas eram as descrições do perigo, não menos o eram das vantagens”<sup>63</sup>. O Império alimentava o espírito de avanço das expedições, pelo reconhecimento do seu território em busca de novas fontes de riquezas. O avanço dos aldeamentos significava também a expansão da economia. Esse avanço ajudaria reforçar os caminhos da sua conquista. Aqui, os registros de conquista foram ganhando destaque nas páginas da revista do IHGB. Catalogava-se cada detalhe: “aos 23 dias do mez de Março dei principio á viagem por terra, que irei circunstanciando para dar uma idéa do paiz onde viajei”<sup>64</sup>.

<sup>60</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. *Discurso do orador Sr. Manoel de Araujo Porto-alegre. Sessão publicaanniversario do instituto no dia 13 de dezembro de 1854*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XVII, n. 16, [suplemento], 1854. p. 64.

<sup>61</sup> PORTO-ALEGRE, 1854, p. 181.

<sup>62</sup> MAGALHÃES, J. V. Couto de. *Um episodio da historia patria (1720)*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXV, 1862. p. 518.

<sup>63</sup> MAGALHÃES, 1862. p. 518.

<sup>64</sup> RIHGB. *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no ano de 1815. Manuscrito inédito oferecido ao Instituto pelo socio honorario o Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, Tomo X, segunda edição, 1º trimestre, 1848. p. 07.

Dizia-se que a “viagem por terra” revelaria cada detalhe da existência de “outros países” pertencentes ao Brasil. Os relatos de viagens publicados na revista do IHGB, normalmente, se referiam ao sertão como sendo “outro país”, estranho à civilização. O sertão era habitado por selvagens de toda espécie. Uma região inóspita, selvagem, incivilizada, dominado por tribos distintas, nômades, fragmentadas, inimigas e vulneráveis. O sertão foi convertido nesse lugar de conquista. Um “lugar estranho”, distante, ocupado por diversas nações indígenas. É dirigido para esse encontro com o desconhecido que se materializaria a ideia da integração. É onde “o explorador deveria escrever religiosamente todos os dias, enquanto durasse a viagem, e poderia refazer o texto várias vezes que pudesse depois, até apresentá-lo numa versão geográfica aceitável, a localização, acabada à própria Academia”<sup>65</sup>.

A busca pelo desconhecido se tornava, portanto, uma abordagem desse avanço do império que contrastava o ímpeto da conquista da natureza pelo império. O sertão era realçado pela imagem da “divisão das províncias” e a falta de limite do Império<sup>66</sup>. O modo como se concebia o “valor” desse vínculo com o desconhecido, definia a lógica da sua relação com a natureza, legitimando, aí, os espaços de poder<sup>67</sup>. As expedições de reconhecimento foram, no Segundo Reinado, convertidas nessa ideia de ações de conquista para a civilização. A falta de unidade, com sua estrutura ainda fragmentada, do território nacional, transformou “a integridade e indivisibilidade em um ‘dogma político’”<sup>68</sup>.

O próprio IHGB levantou bandeira em defesa do processo civilizador, que “salva o amor pela Mãe-Pátria”<sup>69</sup>. Na qual os indígenas, civilizados por meio dos aldeamentos, “devêiam produzir senão cousas cujas produção fosse necessaria á mái patria”<sup>70</sup>.

<sup>65</sup> SCHIAVINATTO, 2003. pp. 603-604.

<sup>66</sup> RIHGB. *Extracto das actas das sessões do 4º trimestre de 1846*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo VIII, n. 4. 1846., p. 553.

<sup>67</sup> GUERRA, François-Xavier. A nação-moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. JANCSÓ, Istvan. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003., p. 34.

<sup>68</sup> MATTOS, 2017, p. 97.

<sup>69</sup> RIHGB. *Carta ao Sr. Hippolyto José da Costa em data de 5 de Abril passado sobre as actuaescircumstancias de Portugal, e do Brazil; e a que se remete a carta para o Sr. Antonio Luiz em data de 6 de maio de 1823*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXII, 1859., p. 434.

<sup>70</sup> RIHGB. *Expedição de Duguay-Truin. Volta dos francezes – bombardeamento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXII, parte terceira, 1859., p. 111.

A ideia de pátria invocava a necessidade de civilização, estabelecendo, assim, um lugar fixo<sup>71</sup> na terra. Subordinando os selvagens “ao poder de um mesmo príncipe numa entidade política dotada de *precisa territorialidade*”<sup>72</sup>.

Em certa medida, esse sentimento patriótico alimentou o desejo do explorador por constantes novas descobertas. Que, por sua vez, se vinculava ao poder da natureza. A busca pela expansão econômica da natureza andou de mãos dadas com o avanço da civilização. A “fixação dos limites do Imperio é esta uma dificuldade bem forte para hoje se poder arranjar definitivamente, pois que apenas em rigor são no geral considerados de facto, e se houve outr’ora abusos da nossa parte, foram e são elles muito mais salientes da parte dos nossos vizinhos”<sup>73</sup>. No Brasil, a maioria dos conflitos no século XIX foi justamente resultado dessas disputas em torno da falta de centralidade e do seu lugar de afirmação.

As provincias das Alagôas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará são uma reducção da carta que em 1843 organizei e publiquei (...) A provincia de Piauhy foi obtida da que em 1828 o Ch. Martius fez imprimir em Munich, e que organisou com os trabalhos dos engenheiros Cesar de Menezes e Silva Pereira. A do Maranhão se baseou inteiramente nos trabalhos do major engenheiro Rodrigues Lopes, e a do Pará (...) consultei a excellente *Corographia Paraense* (...) Em quanto as provincias de Goyaz e Mato Grosso modifiquei as cartas existentes com as memorias do general Cunha Mattos, major d’Alincourt, e outros mais antigos<sup>74</sup>

É importante salientar que o valor da organização nacional equivaleria a retórica nacionalista dessas regiões. No século XIX, estabeleceu-se o emprego da corografia como uma forma de “descoberta” do outro no mundo da sua própria natureza. Essa busca pela revelação do outro na minha própria natureza, fundiu-se ao princípio da identificação como “critério essencial de pertencimento ou de exclusão, conforme se manifeste, ou não, adesão à nova natureza da nação”<sup>75</sup>.

Aqui prevalecia a ideia da busca pela dominação e superação do homem na natureza. Nesse momento, a ideia de dominação da natureza foi alimentada por um sentimento de

<sup>71</sup> GUERRA, 2013, p. 36.

<sup>72</sup> JANCSÓ, 2003, p. 25.

<sup>73</sup> *RIHGB*, 1846, p. 555.

<sup>74</sup> *RIHGB*, 1846, p. 554.

<sup>75</sup> GUERRA, 2003, p. 54.

grandeza interior<sup>76</sup>. O que representava esse aspecto natural da grandeza do homem pela sua cultura. A cultura indígena, em parte, também dominava a essência da cultura sertaneja: “com a devida exacção estas noticias por alguns sertanistas antigos, (...), que mais individualmente fallaram na materia, por razão de entenderem a lingua dos bororós que lhes avivam a lembrança dos proprios nomes dos rios, por alguns serem d’alli naturaes”<sup>77</sup>.

Os relatos, como observamos, registraram essa concepção de que o sertão seria um lugar onde as fronteiras entre a cultura do dominador e do dominado se diluíam.

O sertão guardava essa originalidade da cultura nacional. Além de oferecer o caminho para o progresso econômico da nação. Um relato sobre os limites de Goiás e do Maranhão, publicado na revista do IHGB, em 1848, defendia que “n’esta fazenda há excellente riacho, e tem não só bons matos para lavoura, porém também famosos campos para criar gados”<sup>78</sup>. Dominar a natureza significava projetar-se economicamente para os séculos posteriores. Ficava claro que a coroa incentivava essa busca vantajosa pela “descoberta” econômica e científica dessa natureza, onde “entremeava ao seu discurso elogios a grandeza da paisagem e seu caráter único. Prosseguindo sua viagem, narrado dia a dia, descrevendo cada detalhe, cada localidade visitada, esmiuçando sua população, hábitos, economia, fauna, flora, minerais”<sup>79</sup>.

Não há dúvida que o século XIX alterou a relação político-econômica com o sertão. Mesmo diante das dificuldades impostas por ele, foram lançados todos os esforços pela incorporação do sertão à economia nacional brasileira. Aqui, “as produções naturaes desafião o Colono e fôram sómente ellas que arrancaram ao meu chará – José Vieira do Couto – aquellas exclamações agouras de prospero futuro. Éras virão em que os povos correrão em chusmas sobre estas ribeiras”<sup>80</sup>, dizia.

O relato do capitão Francisco de Paula Ribeiro, por exemplo, incentivava a expansão das fronteiras nacionais além dos sertões, como do Maranhão e de Goiás. Procura-se registrar

<sup>76</sup> GUERRA, 2003, p. 36.

<sup>77</sup> RIHGB. *Observações sobre a carta geographica da provincia de Mato Grosso Pelo capitão de fragata Augusto Leverger*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXV, vol. 25, 1862. p. 346.

<sup>78</sup> RIHGB, 1848, p. 10.

<sup>79</sup> SCHIAVINATTO, 2003, p. 614.

<sup>80</sup> RIHGB, 1848, p. 10.

as vantagens econômicas dessas excursões para o imperador. Segundo ele, a cada dia percorrido, em sua expedição, registravam-se observações detalhadas sobre as águas, as terras, a vegetação e as dificuldades de acesso – identificando, ao mesmo tempo, suas características. A natureza “nas páginas da *Revista* do IHGB acompanhava um processo político de construção da nação nos quadros do império e, sobretudo o equacionamento das diferentes peças do mosaico identitário na composição da nacionalidade brasileira”<sup>81</sup>.

Desde a colonização já se exigia dos exploradores portugueses o registro do “aprendizado da história natural”. Como reforça Cláudia Beatriz Heynemann, “Grande parte dessas coleções alimentou-se do que se extraía da natureza do Novo Mundo, mesclando plantas secas, animais empalhados, minerais, ‘monstruosidades’ e anomalias, conchas, restos fossilizados etc”<sup>82</sup>. O interesse pela história natural passou a cobrar maior conhecimento sobre as especificidades da natureza da América. Isso incluía, principalmente, “aulas de risco na Universidade de Coimbra ou na Casa do Risco no Real Gabinete da Ajuda”<sup>83</sup>. As aulas de *riscos* se tornaram expressões dessa busca por novas terras e espécies autóctones que ainda habitavam o imaginário europeu. O mundo da descoberta, confrontando a sua natureza trouxe, qui, “a palavra escrita, os riscos e a catalogação, que tentavam registrar os dados precíveis da natureza e da gente estudada”<sup>84</sup>.

Como consta no registro de Francisco de Paula: no dia 10 de maio de 1815, as expedições que ele havia percorrido, cruzou “pelo inverno em balsas ou jangadas de burití e talos de cocô de palmeira, levantaram n’ellas os habitantes d’esta ribeira ao rio Balsas, e por este ao Parnahyba e seus portos de exportação commerciavel”<sup>85</sup>. Veja que os riscos impostos pelo território colonizado exigiam um preparo teórico e técnico antecipado, além de configurar tema central desses relatos, configurando os espaços da sua “descoberta”. Tratava-se, sobretudo, de um processo de aprendizagem. Segundo o francês Diderot, “uns observam as

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar histórias. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009. p. 103 Tese (doutorado).

<sup>82</sup> HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. História e História Natural: A escrita da época moderna. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. p. 04. Retirado de: <https://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.139.pdf>.

<sup>83</sup> SCHIAVINATTO, 2003, p. 605.

<sup>84</sup> SCHIAVINATTO, 2003, p. 605.

<sup>85</sup> *RIHGB*, 1848, p. 11.



produções da natureza e meditam sobre suas observações: seu objeto é aperfeiçoar a ciência e conhecer a verdade; os outros recolhem essas mesmas produções da natureza e as admiram; seu objeto é expor todas as maravilhas e as fazer admirar”<sup>86</sup>. O avanço da ciência sobre a natureza na América foi feito justamente a partir desses dois caminhos, ou seja, o da busca pela verdade e o da admiração.

Atendam bem à posição geográfica das províncias do Brasil; é mais fácil ir da Inglaterra à Jamaica, e do Pará a Portugal, do que vir do Pará ao Rio de Janeiro; e havemos de negar a província tão distantes e de tão difícil comunicação o que a Inglaterra concede à Jamaica cuja navegação para a metrópole é tão fácil? Eu não sei como pode ver-se tanto ao longe, que se julgue que esta medida virá a produzir a separação das Províncias.<sup>87</sup>

Segundo Antônio Manuel Hespanha, a noção de “nação” e “pátria” passaram a congregar, no século XIX, essa busca pela verdade e pela admiração, pela formação da identidade como produto de “superação”. Nutre-se um sentimento de admiração pela identificação com a “terra”. O que refletiria uma busca pelo seu “lugar de nascimento”, de pertencimento, de afirmação, de verdade. É nessa busca pela matéria da *patria communis* que se projetava essa visão científica em busca da verdade sobre a natureza. A partir daí a corte buscava fazer com que a sua própria imagem nacional fosse convertida nessa busca pela verdade em prol da “pátria comum”. Em busca dessa conquista desse espaço geográfico unificado a “America não nos apresentaria sinão alguns vestígios – vagos – quebrados – sem nexos – que nos guiem em pesquisa á solução do problema da origem de seus habitantes, e que por tres seculos e meio tem triumphado do estudo dos sabios e das indagações dos viajantes”<sup>88</sup>.

Impõem-se uma questão estimulante aos intelectuais na época, transformadora. Ou seja, a ideia da unidade que passou a ser atrelada à ideia de verdade subjetiva da nação. Convertida nesse instrumento de busca pela civilização do homem com a terra. Esse retorno às origens passou a constituir elemento indispensável de identificação da cultura. A própria

<sup>86</sup> POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux*, Paris-Venise: XVIe -XVIIIe siècle. Paris: Gallimard, 1987, p.143.

<sup>87</sup> SLEMIAN, 2009, pp. 176-177.

<sup>88</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Memoria historica e documentada das aldêas de Indios da provincia do Rio de Janeiro, composta pelo socio effectivo Joaquim Norbeto de Souza Silva, e laureada na sessão magna de 15 de Dezembro de 1852 com o Premio Imperial. – Parte historica*. Rio de Janeiro, Tomo XVII, n. 14., 1854., p. 117.

realidade social seria resultado dessa busca pela verdade. A busca pelas origens, pela natureza, caracterizaria essa admiração pelo futuro-passado da nação. A verdade, defendida pelo IHGB, por exemplo, se encontrava entre a busca da civilização e sua natureza. O mundo contemporâneo do século XIX transformou o seu mundo em um mundo da “partilha”, da civilização. A partir dele, enquadrava-se “o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletivo – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade”<sup>89</sup>.

Mesmo assim, “as dificuldades eram inúmeras; a realidade era terrível, e a imaginação creava muitas, que eram phantásticas, e com ellas povoava o mysterio d’essas chapadas, rios, serros, campinas e florestas, que nunca, até então, haviam sido admiradas pelos olhos de um homem civilizado”<sup>90</sup>. A busca pela *admiração* “existe, simplesmente, porque é natural que as pessoas que compartilham certas características comuns sintam-se afins e se percebam como membros de um único grupo que é idêntico, ou pelo menos semelhante, a uma nação”<sup>91</sup>.

As “memórias, os riscos, as coleções suprimiam, de certa forma, as distâncias e traziam para perto o que estava, antes, ausente, “perdido”, concorrendo para a instauração de uma geografia imaginativa do império”<sup>92</sup>. O século XIX no Brasil foi, sem dúvidas, transformador. Esse estado de “natureza selvagem” deveria ser convertido em uma forma de “natureza civilizacional”, com vista, principalmente, no seu progresso. Essa conversão deveria “atingir aos tres graus de prosperidade pelos quaes podiam elevar a terra de Sacta Cruz á cathegoria de primeira nação, pois que tinham em vista a civilisação dos barbaros povos – a cultura das terras devolutas – e o augmento da navegação!”<sup>93</sup>.

A ideia proposta pela concepção da conquista, aberta pela busca do progresso, estaria condicionada à ideia de prosperidade nacional. Essa ideia foi convertida na lógica do discurso político em busca da verdade, que, aos poucos, como disse Iara Schiavinatto, passou a despertar,

<sup>89</sup> BHABHA, Homi K. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998., p. 20.

<sup>90</sup> BHABHA, 1998. p. 518.

<sup>91</sup> HERZOG, Tamar. Identidades modernas: Estado, comunidade, e nação no império hispânico. In. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. JANCSÓ, Istvan. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 111.

<sup>92</sup> SCHIAVINATTO, 2003, p. 606.

<sup>93</sup> SILVA, 1854, p. 111.

na sociedade, uma “noção difusa de que a natureza se transformava em patrimônio de um lugar”<sup>94</sup>.

Para a autora, “cada homem do império do Brasil seria também um pedaço dessa nação”<sup>95</sup>, dessa terra:

O que parece digno de pôr em relevo é a potencialidade do olhar regionalista. O regionalismo consegue paradoxalmente ser mais universalizante do que o nacionalismo. Este isola traços psicológicos atribuindo-os a um fator que seria peculiar a este ou àquele Estado-nação: em outras palavras, tende a enrijecer a tese da existência de um caráter nacional. O regionalismo, quando sabe aprofundar os dramas morais dos seus tipos, é capaz de ser compreendido em línguas e culturas diversas, cujos leitores se sentem tocados pela humanidade de figuras aparentemente próprias só do recanto de onde foram colhidas.<sup>96</sup>

O século XIX, ávido pela ideia de identificação da cultura, buscou justamente na natureza o progresso civilizador. A imagem do selvagem, sem dúvidas, excitava não só a imaginação dos governantes, mas também reforçava a prova da sua “civilização”. O “Processo civilizador” serviu, justamente, como prova científica em busca dessa verdade coletiva. E que reforçava o valor social da sua admiração pela natureza:

Ufana-se o Brasil muito embora – da pasmosa magestade da sua natureza – da illimitada extensão do seu territorio – da sublimidade de suas tropicaes florestas, aceanicos rios, agigantadas serras – ufana-se de ver por tributarias as mais remotas regiões – ufana-se haver sabido preservar-se dos deploráveis delirios dos dous continentes americanos, conservando o unico elemento de ordem, paz, união e magestade, a fórmula monarchica – tem hoje de juntar a tantas joias de brilhante corôa a do sublime exemplo que acaba de dar.<sup>97</sup>

O IHGB “pedia o apoio a novas expedições, confiando na enunciação de verdade e no saber do naturalista”<sup>98</sup>. Construía-se, assim, a imagem de um Estado “à custa das comunidades locais que gradualmente perderam autonomia e a própria identidade”<sup>99</sup>.

<sup>94</sup> SCHIAVINATTO, 2003, p. 607.

<sup>95</sup> SCHIAVINATTO, 2003, p. 607.

<sup>96</sup> BOSI, Alfredo. Cultura. In. CARVALHO, José Murilo (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010). A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, vol. 2, 2012. pp. 246-247.

<sup>97</sup> CASTILHO, José Feliciano de. *Discurso. Sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes ao Império do Brasil*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XI, 2ª série, 1848. p. 260.

<sup>98</sup> CASTILHO, 1848, p. 629.

<sup>99</sup> HERZOG, 2003, p. 112.

Esse olhar ufanista do explorador sobre a natureza não lançaria sobre ela apenas um olhar técnico, científico, mas, inclusive, um olhar de admiração. Um olhar passivo, romântico, que, além de tudo lhe retiraria também os atributos necessários para o seu reconhecimento. Nutrindo o amor pelo progresso da civilização sobre a natureza. Através dele o explorador buscaria recolher os fragmentos colecionáveis dessa natureza. Essa “maneira de tratar os elementos da natureza (...) tensionava a fronteira entre uma história natural e a história (...) A documentação ia da natureza à cultura e, *para isso*, certos procedimentos requeriam algum domínio da história natural”<sup>100</sup>.

Para Sérgio Buarque de Holanda, a natureza oferecia, por si só, elementos necessários dessa *integração*. As canoas são exemplos dessa incorporação da natureza. Eram feitas de casca de árvores, como aponta também Francisco de Paula, sendo bastante resistentes. As cascas de árvores eram utilizadas tradicionalmente pelos indígenas, convertidas em utensílios que foram incorporadas pelos sertanistas como sinal dessas influências culturais. Demarcando, assim, as singularidades desse entrelugar da nossa cultura. Isso “afetou também o tratamento do tema do índio como raça simbolicamente integrante”<sup>101</sup>. Segundo ele, as cascas eram utilizadas como meio de locomoção pelos rios, convertidas em um importante meio de transporte. E eram especificamente indicadas “para rios encachoeirados”<sup>102</sup>. A incorporação desses objetos naturais pelos habitantes dos sertões, revelava, em grande parte, a incorporação dos hábitos indígenas pelos colonizadores.

Muitas populações sertanejas, que se fixaram no interior, também haviam extraído da língua indígena as suas características culturais: como a palavra Cuiabá (em tupi-guarani) ou “Paraopeba” (em Tupi). Era preciso, então, ter a “certeza da confluência do rio Paranatinga com o do Arinos, como também se o nome que os sertanistas dão ao rio que se mette no Paranatinga, de Jangada ou Paraubepa, se devam referir ao dito rio ou dos Bocayris”<sup>103</sup>.

---

<sup>100</sup> SCHIAVINATTO, 2003, pp. 630-631.

<sup>101</sup> BOSI, 2012, p. 237.

<sup>102</sup> HOLANDA, 2014, p. 47.

<sup>103</sup> RHGB. Observações sobre a carta geographica da provincia de Mato Grosso Pelo capitão de fragata Augusto Leverger. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XXV, vol. 25, 1862. p. 348.

São essas definições que resultaram a construção do imaginário nacional brasileiro no século XIX. E que, por meio da admiração, buscou, também, pela identidade da natureza a verdade da própria brasilidade do império. Esse projeto almejava justamente aprofundar as nossas virtudes coletivas. Já que “a virtude, a virtude somente, é quem dirigiria o seu vôo às regiões celestes, e o *faria* ser nosso guia n’esta viagem divina”<sup>104</sup> que percorre as “maravilhas da natureza sobre a qual Deus imprimira a sua presença”<sup>105</sup>.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ALEMÃO, Francisco Freire. 189ª Sessão em 27 de abril de 1848. Extratos das atas das sessões do 2º trimestre de 1848. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo X, Segunda Edição, 2º Trimestre, 1848. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. O Rio de Janeiro e a formação nacional. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2ª parte, a. 161, n. 408, 2000. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l06011850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l06011850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais).

CASTILHO, José Feliciano de. Discurso. Sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes ao Império do Brasil. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XI, 2ª série, 1848., p. 260. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória histórica e documentada da Revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo X, 2ª ed., 3º trimestre, 1848., p. 266. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

<sup>104</sup> ALLEMÃO, Francisco Freire. 189ª Sessão em 27 de abril de 1848. Extracto das actas das sessões do 2º trimestre de 1848. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo X, Segunda Edição, 2º Trimestre, 1848 p. 252.

<sup>105</sup> SOUZA, Laura de Mello e. O jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 32.

MAGALHÃES, J. V. Couto de. Um episódio da história pátria (1720). Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXV, 1862. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

MATOS, José Raymundo da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goyaz, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo. Rio de Janeiro: *Tipografia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C.*, Tomos I e II, 1836. Retirado de: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/492/o/RAIMUNDO\\_DA\\_CUNHA\\_MATTOS\\_-\\_Escritos\\_sobre\\_a\\_Prov%C3%ADncia\\_de\\_Goi%C3%A1s.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/492/o/RAIMUNDO_DA_CUNHA_MATTOS_-_Escritos_sobre_a_Prov%C3%ADncia_de_Goi%C3%A1s.pdf).

NETTO, Filipe Lopes. Guerra civil ou sedição de Pernambuco. Exemplo memorável aos vindouros. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XVI, nº 9, 1853. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

PINTO, Antônio Pereira. Limites do Brasil (1493 a 1851). Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXX, terceiro trimestre, 1867. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. A França Antártica. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXII, 1859. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Discurso do orador Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre. Sessão pública aniversário do instituto no dia 13 de dezembro de 1854. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XVII, n. 16, [suplemento], 1854. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

RIHGB. Manuscrito sobre os Limites do Brasil oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pôr S. M. Imperador. Rio de Janeiro, vol. 24, 1861. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

RIHGB. Extrato das atas das sessões do 4º trimestre de 1846. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VIII, n. 4. 1846. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

RIHGB. Extrato das atas das sessões do 3º trimestre de 1848. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo X, 3º trimestre, 1848., p. 407.

RIHGB. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no ano de 1815. Manuscrito inédito oferecido ao Instituto pelo socio honorário o Sr. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo X, segunda edição, 1º trimestre, 1848., p. 07. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

RIHGB. Carta ao Sr. Hippolito José da Costa em data de 5 de abril passado sobre as atuais circunstâncias de Portugal, e do Brasil; e a que se remete a carta para o Sr. Antônio Luiz em data de 6 de maio de 1823. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXII, 1859., p. 434. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

RIHGB. Expedição de Duguay-Truin. Volta dos franceses – bombardeamento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXII, parte terceira, 1859., p. 111. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

RIHGB. Observações sobre a carta geográfica da província de Mato Grosso Pelo capitão de fragata Augusto Leverger. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXV, vol. 25, 1862., p. 346. Retirado de: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeias de Índios da província do Rio de Janeiro, composta pelo socio efetivo Joaquim Norberto de Souza Silva, e laureada na sessão magna de 15 de dezembro de 1852 com o Prêmio Imperial. – Parte histórica. Rio de Janeiro, Tomo XVII, n. 14., 1854.

## OBRAS GERAIS

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; OLIVEIRA, Maria de Fátima (Org.). Mattos, Raimundo José da Cunha, 1776-1839. *Escritos sobre província de Goiá: corografia histórica, itinerário, carta corográfica*. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

BADIE, Bertrand. *O Fim dos Territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BARREIROS, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BIAGGI, Enali M de. *As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações*. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. Paraty: 2011. Retirado de: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/DE\\_BIAGGI\\_ENALI\\_M.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/DE_BIAGGI_ENALI_M.pdf).

BHABHA, Homi K. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)*. A construção nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, vol. 2, 2012.



CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX, o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

GUERRA, Amanda Estela & SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *O “Atlas do Império do Brasil”*: Uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX. Portugal: Universidade do Porto, Faculdade de letras. Novembro de 2011. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivs1bch/comunicacoes/28.pdf>.

GUERRA, François-Xavier. *A nação-moderna: nova legitimidade e velhas identidades*. In. Brasil: Formação do Estado e da Nação. JANCSÓ, István (org). São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

HERZOG, Tamar. *Identidades modernas: Estado, comunidade, e nação no império hispânico*. In. Brasil: Formação do Estado e da Nação. JANCSÓ, István (org). São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

HESPANHA, António Manuel. *Pequenas Repúblicas, grandes Estados*. Problemas de organização política entre antigo regime e liberalismo. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, pp. 7-14, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/W5RQKY3sbcPHd6Vhn6D8Wqd/?lang=pt&format=pdf>

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

JANCSÓ, Istvan. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Gigante e o espelho*. In. GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial. Volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

OBERACKER JUNIOR, C. H. *A formação da nação brasileira*. São Paulo, USP: Revista de História, [S. l.], v. 14, n. 29, 1957. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105122>. Acesso em: 1 fev. 2022.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. Da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *O jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In. JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2009.

SMITH, Anthony. *National Identity*. Reno: University of Nevada Press, 1991.

Recebido em: 29/04/2024 - Aprovado em: 03/09/2024